

DE 2009

Freitas

ACTA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA VENDA DO PINHEIRO

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre desta Junta de Freguesia, reuniu esta Assembleia, encontrando-se presentes todos os seus treze elementos, a saber:

Alexandre Manuel Martins Branco (P.S.D.),
Alexandre Luís Howell de Almeida de Seixas (P.S.),
Ana Paula Nunes Moreira (P.S.D.),
António José Carvalho Freitas (C.D.U.),
Célia da Conceição Ricardo Carreira Matias Simões (P.S.),
Cesaltina Porfírio Pereira Oliveira (P.S.),
César Silva Fernandes (P.S.D.),
Frederico Manuel Capitão Pedrosa (P.S.D.),
João Paulo Carvalho da Fonseca (P.S.),
Jorge Manuel Carrilho Jesus (C.D.S./P.P.),
José Manuel Antunes da Graça (P.S.),
Maria Leonor Cotrim (P.S.D.),
Paulo José Póvoa (P.S.D.),

Lida a Convocatória desta Sessão, o senhor Presidente pede o aditamento de um novo ponto à respectiva Ordem de Trabalhos, "Aprovação das Taxas para 2010", o qual passa com o acordo dos presentes a constituir o n.º 1 do Período da Ordem do Dia, não sem que antes o senhor José Graça expresse o seu desagrado por o Executivo não ter feito chegar atempadamente aquela proposta a todos os membros.

O senhor Presidente fez então passar pela Assembleia um formulário para registo dos eleitos locais no *síde* da Administração Local.

A senhora 2.ª Secretária procedeu à leitura da Acta da Reunião de seis de Novembro transacto; antes ainda da sua votação, o senhor António Freitas sugeriu que as Actas passem a acompanhar os restantes documentos, permitindo poderem ser antecipadamente lidas e apreciadas, a fim de rentabilizar o tempo, evitando a necessidade da sua leitura nas Assembleias.

Proposta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Foi em seguida lida e por sua vez proposta à votação, também a Acta da Reunião de vinte de Novembro colheu unanimidade na sua aprovação.

O senhor Presidente inquiriu então se havia mais algum assunto a tratar no Período de Antes da Ordem do Dia.

O senhor António Freitas aproveitou para agradecer ao Executivo o cartão de Boas Festas recebido, e para retribuir os votos expressos, extensíveis a todos os membros da Assembleia, e com maior veemência o desejo de que o Povo Português possa vir a ter um bom ano de 2010, pese embora que infelizmente tal não se perfile nas expectativas mais realistas; alargou ainda os votos de Boas Festas a todos os Fregueses.

O senhor José Graça, retomando as palavras do representante da C.D.U., lamentou ao Executivo não ter recebido qualquer cartão, inquirindo de seguida porque não foi dado cumprimento ao legalmente estipulado quanto ao Orçamento.

A bancada do P.S. solicitou à Mesa da Assembleia o acesso à Acta onde constem os tempos (inteiro ou parcial), horários e pelouros dos membros de Executivo, sendo-lhe fornecida uma cópia.

Manifestou ainda estranheza por, tendo solicitado ao Presidente da Mesa da Assembleia

Luís

a disponibilização desta sala para preparação da presente Reunião, esta não lhe haver sido cedida, tendo o interpelado passado a palavra ao Presidente do Executivo para cabal resposta.

Este, começou por agradecer a cedência da palavra e cumprimentar a Assembleia, reforçando que o Executivo a respeitou e sempre irá respeitar. Esclarece que, tendo sido contactado o senhor Presidente da mesa da Assembleia sobre a data em que esta iria ter lugar (ou seja: hoje), foram pedidos quatro dias, nessa altura (a 15/12) perguntou se aquele já tinha entregue alguma documentação, contactado este, por problemas familiares que quase havia esquecido.

Pedi depois permissão ao Presidente da mesa para distribuir cópias a todos os membros da Assembleia, o que de imediato foi feito pelo 1º Secretário.

O Executivo achou por bem não ser facultada as instalações da Junta de freguesia para reuniões dos Partidos desta Assembleia. Lamenta que o senhor José Graça não tenha recebido o cartão, tendo sido pedido aos serviços Administrativos que os enviassem a todos, refutando a ideia de pretender diferenciar alguém.

O senhor António Freitas, que havia já pedido a palavra, colocou então duas questões: - o que se passa com o antigo edifício da Junta de Freguesia? Os serviços aparentemente deixaram de funcionar lá, está uma exposição de pintura, deseja saber onde funcionam os serviços que lá estavam, e que projectos há para aquele edifício.

- que benefícios teve a nossa freguesia teve no corrente ano por ter aderido à Associação de Freguesias, e ainda como vão ter os membros da Assembleia conhecimento do que se passa na Associação, que deverá ser veículo de melhoramentos, e não para encapotar certas realidades – por exemplo, pedindo constantes empréstimos, e sendo esta Freguesia solidária.

O senhor Jorge Jesus, agradeceu o postal e retribuiu os votos de Boas Festas, embora referindo que já o havia feito por carta.

Dada de novo a palavra ao presidente do executivo, diz que em termos da distribuição de pelouros e tempos, explica haver 30 dias para o comunicar, não o podendo ser feito antes da aprovação da Acta ora aprovada.

Esclarece que o Espaço Jovem foi para a Malveira; a Junta de Freguesia insistiu junto da Câmara Municipal de Mafra para que o antigo edifício da Junta de Freguesia fosse disponibilizado à Junta de Freguesia para actividades culturais: por exemplo, apronta-se para abrir lá a escola de música.

Quanto à Associação de Freguesias, informa já nos terem sido dados os “óleões” (para recolha de óleo alimentar usado), a partir de Janeiro, passará a funcionar como central de compras (combustíveis) bem como negociará com as Seguradoras. O conhecimento será dado por Actas e por publicações nos locais habituais.

O senhor José Graça recomendou ao Presidente do executivo para não estar tão crispado; referindo-se ao que foi dito quanto à Acta aprovada, dizendo que tal foi uma mera formalidade.

Aceita a explicação do postal de boas festas, esclarecendo já ter recebido outra correspondência no mesmo endereço.

Prosseguiu, referindo-se ao documento (Informação e Resumo Provisionais) ora distribuído; desde já refere dois aspectos:

- o Executivo está obrigado a transmitir ao Presidente da Mesa a indicação do Relatório de Actividades com a respectiva orçamentação e tempo, sendo apenas uma indicação sumária, e não trás o grau de execução das actividades desenvolvidas de modo a per-

Fred

mitir saber onde são gastos os dinheiros públicos. Também nos três documentos entretanto recebidos para convocar para as Reuniões, não existe heráldica da Junta de Freguesia.

Solicita ainda ao Executivo a atenção para que possa vir a munir as cadeiras dos membros da Assembleia com melhores condições, por exemplo, "raquete" para colocar a documentação e para escrever.

Foi interrompido pelo Presidente do Executivo, pelo que o Presidente da Mesa teve de repor a ordem.

A senhora Cesaltina Oliveira cumprimenta e agradece o postal, e dá conhecimento da existência de uma "sala de multideficiências" na escola EB 1, onde diz faltar material (maioritariamente fornecido pelos pais), solicitando verba, acrescenta que também já falou nesse assunto à Câmara Municipal. Quanto ao Jardim-de-Infância, em que se pedem aos pais para arranjar algum equipamento, questiona se a Junta de Freguesia não pode ajudar.

O senhor João Fonseca igualmente cumprimenta e agradece, e pergunta ao Executivo se está a pensar tentar junto às empresas de transportes públicos a afixação dos horários dos autocarros e a possibilidade de passar a haver mais transportes para a Charneca. Sobre o site da Junta de Freguesia, se está prevista alguma remodelação, não exibindo actualizações – e, já agora, nos "contactos", não constarem algumas das instituições da Freguesia.

Sobre a segurança, se estão previstas algumas medidas no que concerne à recolha e entrega dos alunos do Colégio de Santo André, feita junto ao acesso à auto-estrada.

Respondendo, o senhor Presidente defende não ser nervoso nem arrogante, mas sim ser feito próprio.

Refere que às três da manhã do dia seguinte ao das eleições já não haviam cartazes do P.S.D. – exemplo de que respeita a Lei.

Respondendo ao senhor João Fonseca – o acesso é de livre vontade e difícil de controlar – o Executivo já apresentou ao Colégio e ao Presidente da Câmara alternativa: trata-se de colmatar a situação, fazendo alterações ao sentido de trânsito na Rua do Vale da Lapa; encontra-se em estudo uma paralela àquela rua só para acesso ao Colégio. Também quanto à sinalética, também pensa ser de melhorar, porquanto há muitos pais que não conhecem a Venda do Pinheiro.

O parque do Colégio, a nascente, também pode ser aproveitado.

A EB 1 já está sob a alçada do Junta de Freguesia, e a EB2+3 também o irá estar.

A senhora Cesaltina Oliveira esclarece que as dificuldades são apontadas ao Agrupamento, que as coloca aos pais; quanto à Junta de Freguesia, é mais um pedido de colaboração.

O Presidente do Executivo responde que dentro das possibilidades, vai tomar a devida consideração.

O senhor António Freitas recorda que o problema da segurança dos alunos já havia sido levantado no anterior mandato, tendo então sido ventilada a variante; pergunta-se qual a participação do Colégio na despesa, sendo este privado e recebendo dinheiro do Estado, como é que pode ser difícil arranjar dinheiro para uma sala de multideficiências da EB 1? "É uma nota para a Assembleia pensa", acrescenta.

O senhor José Graça questiona agora o Executivo sobre os "óleões": que estando a ser planeados os locais de instalação, não pode deixar de referir que nos últimos tempos tem

Luís Adão

constatado continuada falta de recolha dos lixos selectivos (papel, plástico, vidro). Qual é a periodicidade na recolha destes lixos? Qual é o *ratio* de distribuição pela Freguesia? Alerta para que três contentores de lixo colocados antes da "DILOP" foram incendiados, vendo-se ainda hoje os resíduos do fogo, e não foram substituídos. Deverá a Junta de Freguesia procurar junto à Câmara a sua substituição.

Ainda sobre os *molochs*, sugere que após a obra de requalificação do Adro do Cruzeiro, foram mudados três para junto do "Barkleys", que em sua opinião não ficam esteticamente bem à entrada da rotunda.

O Presidente do executivo informa existir há vários anos um ecocentro no cemitério, tendo de tal sido avisadas as casas comerciais; infelizmente, nunca chegou a encher; mais informa que continua a ver lixos (verdes, moles e duros) erradamente colocados junto aos caixotes.

Quanto aos *molochs* junto ao "Barkleys" refere que está a ser feito um estudo para ordenamento junto à "A Camponesa".

Quanto ao *ratio* quanto à capacidade do lixo, informa termos mais que a média de ecocentros exigidos por habitante – temos mais de 10 mil habitantes, mas recenseados, só cerca de cinco mil.

Passando ao agora Ponto 1 (Aprovação das taxas para 2010) do Período da Ordem do Dia, distribuiu-se o respectivo documento. O Presidente do executivo informa que as taxas nele constantes são as do último quadriénio, não havendo aumentos.

O Presidente da Mesa inquiriu se, na homogeneização, os aumentos serão muito Maiores, se não será depois um grande diferencial; aquele responde que irá tentar manter os valores mais ou menos equilibrados, recordando que são doze as Freguesias constituintes.

Passando à votação, o documento foi aprovado por unanimidade.

Passou-se então para a Discussão e deliberação da Proposta da Comissão de Revisão do Regimento desta Assembleia.

Recorda que esta Comissão foi constituída na Assembleia de 20 de Novembro e reuniu a 30 do mesmo mês, tendo esta alteração ao Regimento sido aprovada pelos respectivos membros – um de cada Partido –; procedeu-se então à distribuição do novo Regimento.

O senhor António Graça pediu para que fosse lida a Acta daquela reunião, ao que o Presidente da Mesa retorquiu tal não fazer sentido, uma vez que no final iriam assina-la.

A senhora Ana Paula Moreira cumprimenta e deseja Boas Festas; relativamente a este Ponto, recorda que fez parte da Comissão, prestando os seguintes esclarecimentos, dado a Assembleia só agora ter conhecimento do novo documento:

- que uma das novidades aprovadas é a criação de uma comissão permanente junto a esta Assembleia de Freguesia (art.º 16º);
- outra relativa ao direito de participar sem voto (art.º 20º), que foi clarificado no n.º 3 do art.º 29º; e que
- foi ainda reduzido o período de introdução de uma hora para trinta minutos.

O senhor António Freitas salientou não aparecer no texto do n.º 3 do art.º 20º o termo "estritamente técnico". Por poder haver lapso técnico, propõe a aprovação, ficando desde já em acordo de cavalheiros que se mais algum lapso houver, seja corrigido.

Esclarece ainda estar aberto à descentralizar as reuniões, e de que o público passe a falar antes do Período da Ordem do Dia.

O senhor José Graça disse aceitar de bom grado a sugestão dada pelo representante da

António

C.D.U.. Agradeceu a todos os elementos dos outros Partidos o esforço de participação na respectiva reunião, que durou quase até às duas horas, pelo que acha que a Junta de Freguesia no seu todo fica a ganhar, entendendo ser este um excelente Regimento.

O Presidente da Mesa pediu então aos eleitos da Comissão que lhe façam reparos sempre que este se esqueça e algo.

Em tempo, mais informou a senhora Ana Paula Moreira ter sido acrescentado um n.º 7 ao art.º 24º.

Passando à respectiva votação, foi o novo regimento aprovado por unanimidade.

De seguida, e já no Ponto 4 – Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades para 2010, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Executivo, que a declinou referindo nada ter a acrescentar.

Abriu a discussão o senhor José Graça, fazendo o reparo de que o Executivo tem uma avença com um T.O.C., mas a bancada do P.S. exige que a apresentação do Plano e respectivo Orçamento seja feita segundo as regras do POCAL ou seja: ser acompanhado do mapa de pessoal

Mais refere existir um documento que apoia o Orçamento, que tem sido um *past-copy* nas Freguesias do Concelho de Mafra, pelo que recorda ao Executivo que tenha algum cuidado para os personalizar em relação à Freguesia da Venda do Pinheiro.

Retomando a palavra, o Presidente da Mesa fez notar que os Documentos Previsionais e o Plano de Actividades se encontram intimamente ligados, pelo que propôs a sua discussão conjunta.

O senhor Jorge Jesus inquiriu sobre qual a alteração ao horário de atendimento ao público; quanto à Receita, faz o reparo de não constarem explicitadas as rendas ali referidas, pelo que pergunta de onde vêm aqueles arrendamentos.

O senhor António Freitas referiu por sua vez achar existirem desacertos entre o Plano de Actividades e o Orçamento, reforçando que o primeiro continua a ser apresentado de uma forma vaga, ainda que este venha mais detalhado que os anteriores.

Sugere que a Junta de Freguesia continue a insistir com a Câmara Municipal sobre o saneamento básico, não em termos de pedinçice, mas batendo-se para que a Câmara o faça.

Quanto ao ponto n.º 20- Apresentação de mapas, interroga-se sobre – a quem?

Termina, lamentando que mais uma vez não tenha sido respeitado o Estatuto da Oposição.

O senhor António Graça apresenta dúvidas quanto aos pontos n.º 2 e n.º 3; pergunta ainda, quanto à página na Internet, se será criada uma nova, ou mantida a existente no Sapo; quanto ao ponto n.º 4, congratula-se por ser a Junta de Freguesia a primeira defensora do Parque escolar (dotação de pessoal e equipamentos, limpeza, etc.); no ponto n.º 6, pede que o esclareçam sobre:

- se não há ajuda da Junta de Freguesia aos Bombeiros Voluntários da Malveira?
- se existe algum protocolo dos diversos apoios com estas entidades (tipo: fornece serviços / recebe apoio), e que permita o encaminhamento dos jovens.

No que concerne ao ponto n.º 7, pede também que melhor esclarecimento sobre quais os objectivos e quais as responsabilidades resultantes desta Junta de Freguesia ser associada, nomeadamente se fica solidariamente hipotecada no caso de empréstimos bancários.

No ponto n.º 8, interroga porque não é feita referência à Associação Desportiva da Char-

Jun 2018

neca, se o é ao Clube Desportivo da Venda do Pinheiro.

Pede para ser melhor detalhado o ponto n.º 11; e quanto ao n.º 12, pergunta se há alguma ideia para a construção de uma nova rotunda, se irá ser resolvido o problema da ligação ao Largo do Cruzeiro, e se no combate a focos de poluição irá ser envolvida alguma entidade nacional, ou apenas a Junta de Freguesia.

Formula o desejo de que o ponto n.º 14 se torne realidade – “até por estarmos num Concelho onde é cobrada das mais altas taxas de I.M.I.” –; aponta como exemplo negativo o facto da existência de um candeeiro junto a uma curva perigosa na Rua das Ervideiras cuja lâmpada estará apagada há várias semanas.

Congratula-se, relativamente ao n.º 16, por haver mais passeios, e quanto ao n.º 17 volta a referir que a taxa do I.M.I. deverá ser mais do que suficiente para a Câmara Municipal.

Passando ao n.º 18, confessa-se cansado de reclamar junto ao senhor Vereador Hélder Silva por este lhe haver enviado uma carta há três anos e meio dizendo ter 15 dias para mudar o n.º de polícia do lote continuando ausente a toponímia do lugar onde vive.

O senhor António Freitas sugere ser afinal melhor “arrumar” o Plano de Actividades antes de discutir o Orçamento.

Por tal, o Presidente da Mesa passou a palavra ao presidente do Executivo.

Este refere que gostaria de ter capacidade para responder afirmativamente às solicitações; realça que muitas das dúvidas apresentadas se referem a assuntos da competência da Câmara Municipal, e não da Junta de Freguesia.

Quanto aos problemas da toponímia e números de polícia, diz que teria gostado que o Executivo tivesse sido para tal alertado, esclarecendo que se encontra em curso o levantamento de toda a Freguesia – o que alias o Executivo do anterior quadriénio já havia efectuado.

Recorda haverem sido classificados como municípios com melhor ambiente o de Mafra e o da Maia.

Quanto à lâmpada da iluminação pública apagada, esclarece que qualquer cidadão – que não necessariamente a Junta de Freguesia – pode requisitar / alertar a E.D.P. para que esta proceda à substituição de lâmpadas fundidas.

Especifica haver lutado durante anos para que fosse feito o passeio em frente à EB 2,3; aquando da construção do Centro de Inspeções Periódicas Obrigatórias, foi redigido um termo no qual aquele paga direito de superfície durante 20 anos – período após o qual ou se renova o contrato, ou reverte para a Junta de Freguesia o que ali estiver construído.

No que se refere à cedência de autocarros aos Clubes, esclarece que a Charneca tem o seu próprio autocarro; que uma das carrinhas cedidas, além do transporte de idosos, transporta miúdos de e para o Estádio Municipal; mais refere que, para a Festa da Beatriz Costa, a Junta de Freguesia disponibilizou pessoal seu, pagou a G.N.R. e o aluguer dos animais.

O Presidente da Mesa propôs então à votação o plano de Actividades, tendo este sido aprovado com seis votos a favor e sete abstenções.

O P.S. apresentou uma declaração de voto, destinada a ser lida após a discussão do Orçamento, o que passou a ser feito, dando o Presidente da Mesa de novo a palavra ao Presidente do Executivo, que a declinou.

Aberta a discussão sobre os Documentos Previsionais, o senhor José Graça pediu a pa-

Sublime

lavra, passando a apresentar as seguintes questões:

- quanto à verba n.º 02.01.21.10, solicitou uma listagem de quais os químicos aplicados, a sua sazonalidade e locais de aplicação;
- quanto à verba 02.02.03.08 (rede viária) questiona, não a verba inscrita, mas a sua aplicação: tendo observado repetidas intervenções não nas mesmas valetas para onde são sempre arrastadas terras e onde se encontram entupidos os mesmos sumidouros; mas nos mesmos lugares – gastando o mesmo dinheiro apenas quando chove, mas não haverá maneira de com uma só intervenção mais musculada que permitisse resolver de uma vez por todas esses problemas (valas que se vão rebaixando com as sucessivas camadas de alcatrão, e os proprietários das casas fazem pontões, por vezes demasiado baixos, será que a Junta de Freguesia não poderia intervir nisso?)
- quanto à verba 02.02.14 (estudos, planeamento), pretende saber se está em curso alguma obra ou qualquer outra coisa que justifique esta rubrica;
- finalmente, quanto à verba inscrita em 02.02.25.12 (iluminações de Natal), alvitra que se criem condições para que o Executivo vá preparando alguma parceria com entidades comerciais da Freguesia ou do Concelho que possam compartilhar, assim se poupando esta despesa.

Tomou de seguida a palavra o senhor Jorge Jesus, exprimindo a sua opinião no sentido de, por um lado, considerar demasiado altas as verbas correspondentes às rubricas 01 (despesa com pessoal) e 02 (bens e serviços), e por outro, ficarem aquém do expectável aquelas inscritas em 02.02.25.10 (terceira idade, 100 euros) e em 02.02.25.17 (apoio social, 500 euros).

Por seu turno, o senhor António Freitas fez notar que, no capítulo das Receitas, o encontrar-se aberta a rubrica “ocupação da via pública”, pode-se pressupor que o Executivo irá iniciar a respectiva cobrança – mas que não tem qualquer estimativa; estranha igualmente as quantias simbólicas (50 euros, 5 euros) afectas a algumas verbas (04.01.23.90, 05.09, 06.10.01, por exemplo), interrogando-se sobre o que é que se espera que venha a passar-se com estes itens.

Aponta ainda o elevado valor (40.000 euros) previsto em 01.01.04.02 com o pessoal com contrato a termo, relativamente aos 16.100 euros previstos em 01.01.04.01 para despesas com o pessoal efectivo.

A exemplo do senhor José Graça, pretende ser esclarecido sobre que projectos ou estudos justificam a verba 02.02.14, bem como qual a assistência técnica coberta pela verba 02.02.19; fez ainda notar a discrepância entre receitas (2700 euros) e despesas (2500 euros) relativas às mesas de votos, questionando sobre o destino dos 200 euros daquele diferencial.

Quanto à verba 07.01.02.01.02, interroga o Executivo se este está a planear construir ou adquirir alguma habitação, realçando que tal não consta no Plano de Actividades.

O Presidente da Mesa passou então a palavra ao Presidente do Executivo, que passou a esclarecer:

- que a taxa de ocupação de espaço no valor de 50 euros respeita ao vendedor de castanhas assadas que estaciona frente à farmácia;
- sobre as repetidas obras de desentupimento, já se fez o pedido na Câmara Municipal para asfaltar, nomeadamente, a Rua do Pinhal;
- reforça ser exigente com a limpeza das sarjetas;
- que a aplicação dos produtos químicos implica a existência de um termo de responsabilidade do respectivo vendedor;
- quanto às rubricas abertas com verba simbólica, foram-no na esperança de que venham

a ser contempladas pela Câmara Municipal;
- sobre os terrenos baldios, refere poderem vir a servir para angariar algum dinheiro, uma vez que até agora têm vindo a ser utilizados por terceiros a custo zero;
- no que concerne às iluminações de Natal, esclarece que se no início as pessoas contribuíam, nos anos seguinte não responderam às solicitações;

Após agradecer ao senhor António Freitas pela chamada de atenção sobre o lapso encontrado na rubrica das mesas de voto, passou a palavra ao senhor Fevereiro para esclarecimentos mais técnicos que possa entender apresentar para melhor esclarecimento.

O Presidente da Mesa propôs então à votação o Orçamento, tendo este sido aprovado com seis votos a favor e sete abstenções.

Nesta altura, o P.S. apresentou uma declaração de voto, que foi lida e que se encontra anexa à presente Acta.

O senhor António Freitas faz notar ao Presidente da Mesa ser recorrente, nestas e noutras Assembleias de mandatos anteriores, falar-se em "deixar os Partidos lá fora" e em "despir as camisolas", constatando que tal revela um cinismo atroz – apesar de defender a Venda do Pinheiro, todos têm sensibilidades diferentes e particulares; dá como exemplos o levantar de problemas dos maus cheiros, do Centro de Saúde de Mafra, etc, e conclui que ficaria bem melhor escolher a camisola, ou dizê-lo uma vez e não repetir.

Passou-se finalmente ao período de Intervenção do Público, tendo havido duas inscrições:

- a senhora Eva Henrique, professora na Venda do Pinheiro, que questionou se, tendo sido alcatroado o Pátio Fernando Pessoa e com tal coberta a passadeira para peões ali existente, será muito demorado aquela voltar a ser pintada; e

- o senhor José Seixas, que apesar de não ser Freguês, tem familiares na Venda do Pinheiro, e que cumprimentou e expressou os seus votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo, congratulando-se pelo desenvolvimento da Venda do Pinheiro, pedindo para todos se entenderem o melhor possível, no sentido do desenvolvimento desta localidade.

O Presidente do Executivo responde à senhora Eva Henrique que a passadeira deverá estar algum tempo sem ser pintada, para que o asfalto endureça, e aproveita para desejar um Santo Natal aos presentes.

O Presidente da Mesa retomou a palavra, expressando por sua vez os votos de Boas Festas e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Sessão, passavam 32 minutos das zero horas de 24 de Dezembro de 2009.

Lida e aprovada na 1ª Sessão Ordinária desta Assembleia, aos vinte e três de Abril de dois mil e dez, vai a presente Acta assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e pelo seu 1º Secretário, que a lavrou.

Pela Mesa da Assembleia,

Alexandre Seixas, Presidente

Frederico Pedrosa, 1º Secretário



Declaração de Voto

Constatando-se não ter sido dado cumprimento dos pontos 2 e 3 dos artigos 4º e 5º, respectivamente, da Lei 24/98 de 26 de Maio, mais conhecida como o "Estatuto da Oposição", o presente Executivo da Junta de Freguesia, integralmente composto por Membros do PSD, assumiu uma flagrante ilegalidade e uma forma antidemocrática de gestão autárquica.

É uma forma de trabalho em que o Partido Socialista não se revê e condena representando uma perversão das regras e obrigações que uma entidade pública, responsável e competente, está vinculada para além de não respeitar os mais elementares deveres democráticos

Este desdém por tudo e por todos era, aliás, já previsível quando em plena campanha eleitoral o PSD nunca apresentou à população da Freguesia da Venda do Pinheiro um programa com as suas próprias e principais intenções de governação.

Pela breve leitura possível destes documentos é-nos perceptível a continuação de uma política sem estratégia - patente na ausência de apresentação do obrigatório Plano Plurianual de Investimentos - que patenteia a falta de planeamento integrado e afastado das populações acentuando as desigualdades e coesão entre os lugares da Freguesia.

Verifica-se a ausência de medidas de desenvolvimento ou de investimento nas políticas de protecção do Ambiente e Mobilidade. Verifica-se, ainda, uma completa ausência de adesão à 'Agenda 21 Local'. A cultura continua a ser a parente pobre e ausente de qualificativo e significativo.

Numa das Freguesias do Concelho com uma componente urbana exponencial, o seu desenvolvimento sustentado continua ausente. A realidade diz-nos que os municípios que apresentarem processos de desenvolvimentos sustentáveis serão aqueles que evidenciarão o melhor contexto económico, social e ambiental e, por essa razão, serão os mais atractivos e competitivos para todos os agentes sociais e económicos.



É boa-fé, e um gesto de quem efectivamente quer e deseja "*despir a camisola partidária*", como o Sr. Presidente da Junta gosta de afirmar, que abra negociações antes da apresentação do PA e Orçamento. Assim saberá qual o contributo valorizável da Oposição, a margem de manobra que existe e qual é o caminho que deve seguir. O PS recorda ao actual Executivo que, no seu conjunto, os partidos que compõem a presente Assembleia representam + de 51% dos votos expressos em urna. Numa palavra; são a maioria. Exigem, no cumprimento da Lei, ser ouvidos e as suas propostas consideradas.

O PS não poderia deixar de assinalar aquilo que do nosso ponto de vista está errado e deve ser mudado. Mas também, por outro lado, somos um Partido responsável e à altura de saber avaliar os interesses das populações. É em nome desta mesma população que os Membros do Partido Socialista declaram que se irão abster na votação do PA e Orçamento em apreciação, de forma a dar condições de governabilidade ao presente Executivo para 2010, esperando que estes incumprimentos e desrespeito democrático não mais se voltem a repetir sob pena de ficarmos isentos de outras futuras tomadas de posição.

Esta Declaração irá ser entregue na Mesa e requer-se a sua anexação à Acta desta Sessão, passando a fazer parte integrante da mesma.

23 de Dezembro de 2009
A Bancada do Partido Socialista